



LEI Nº 3936, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2.025.

Institui a Política Municipal de Cuidados à Pessoas com Transtorno de Acumulação Compulsiva de Animais e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Cuidados à Pessoa com Transtorno de Acumulação Compulsiva de Animais no Município de Campo Largo.

§ 1ª Para os fins desta Lei, considera-se pessoa com transtorno de acumulação compulsiva de animais aquela que mantém número excessivo de animais domésticos no imóvel em que reside, em condições inadequadas de higiene, saúde e bem-estar, recusando-se a destiná-los à adoção ou a reconhecer os impactos ambientais decorrentes.

§ 2º O acúmulo de animais caracteriza-se pela concentração excessiva de materiais e/ou animais domésticos no mesmo local e pelo não oferecimento de condições mínimas de bem-estar, gerando sofrimento a eles e ao próprio tutor.

Art. 2º A Política deverá ser desenvolvida de forma multidisciplinar nas áreas de proteção animal, vigilância sanitária e desenvolvimento social, abarcando todas as necessidades da pessoa atendida.

Art. 3º São diretrizes da Política Municipal de Cuidados à Pessoa com Transtorno de Acumulação Compulsiva de Animais:

- I - garantia da atenção integral à saúde das pessoas em situação de acúmulo;
- II - redução dos riscos sanitários e ambientais de transmissão de zoonoses, prevenindo transmissão de doenças e garantindo a proteção da saúde do indivíduo acometido, de seus animais e da comunidade ao entorno;
- III - promoção do bem-estar animal;
- IV - implantação de medidas de intervenção necessárias aos casos de forma interdisciplinar e intersetorial;



PREFEITURA DE CAMPO LARGO

V - garantia da formação e educação permanente no âmbito da administração pública municipal, para planejamento e execução das ações e serviços necessários ao atendimento às pessoas em situação de acúmulo;

VI - estímulo do engajamento da família e da comunidade próxima no apoio às pessoas em situação de acúmulo.

Art. 4º Identificados casos suspeitos do Transtorno pelos serviços de fiscalização da Prefeitura Municipal, serão adotadas as seguintes medidas para constatação:

I - análise intersetorial dos departamentos competentes da Prefeitura;

II - notificação das autoridades competentes na forma da legislação vigente;

III - encaminhamento do caso às instituições públicas ou privadas, parceiras da Prefeitura Municipal ou com ela conveniadas, para consulta psiquiátrica.

Art. 5º Nos casos de Transtorno de Acumulação Compulsiva de Animais, serão adotadas as seguintes medidas:

I - avaliação prévia das condições do espaço;

II - avaliação prévia das condições de bem-estar animal;

III - avaliação prévia de possíveis surtos de zoonoses;

IV - inclusão prioritária em programas de castração promovidos pelo Município;

V – inclusão prioritária em programas de vacinação promovidos pelo Município;

VI - inclusão em eventos, feiras e divulgação para adoção responsável de animais promovidos pelo Município, conforme disponibilidade de vagas;

VII - encaminhamento para efetivação das medidas necessárias de assistência médica e veterinária;

VIII — encaminhamento à assistência social, a fim de prestar atendimento prévio por equipe multidisciplinar da rede pública municipal de saúde;

Parágrafo único. O Poder Público municipal fica autorizado, nos casos de risco iminente à saúde pública, a intervir em situações de insalubridade e realizar a limpeza do lote ou imóvel, mediante prévia notificação ao responsável e, quando necessário, autorização judicial, sem prejuízo de eventuais responsabilizações pela despesa gerada.



**PREFEITURA DE
CAMPO LARGO**

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta legislação.

Art. 7º Revoga-se quaisquer disposições em contrário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 28 de novembro de 2025.

MAURICIO
ROBERTO
RIVABEM:8367
7240972

Assinado de forma
digital por MAURICIO
ROBERTO
RIVABEM:83677240972
Dados: 2025.11.28
10:27:53 -03'00'

Maurício Rivabem
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – PARANÁ

Lei nº 2698/2015.

SEXTA - FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2025

ANO: XVI

EDIÇÃO Nº: 3068 - 72 Pág(s)



**PREFEITURA DE
CAMPO LARGO**

LEI Nº 3936, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

Institui a Política Municipal de Cuidados à Pessoa com Transtorno de Acumulação Compulsiva de Animais e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Cuidados à Pessoa com Transtorno de Acumulação Compulsiva de Animais no Município de Campo Largo.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se pessoa com transtorno de acumulação compulsiva de animais aquela que mantém número excessivo de animais domésticos no imóvel em que reside, em condições inadequadas de higiene, saúde e bem-estar, recusando-se a destiná-los à adoção ou a reconhecer os impactos ambientais decorrentes.

§ 2º O acúmulo de animais caracteriza-se pela concentração excessiva de materiais e/ou animais domésticos no mesmo local e pelo não oferecimento de condições mínimas de bem-estar, gerando sofrimento a eles e ao próprio tutor.

Art. 2º A Política deverá ser desenvolvida de forma multidisciplinar nas áreas de proteção animal, vigilância sanitária e desenvolvimento social, abrangendo todas as necessidades da pessoa atendida.

Art. 3º São diretrizes da Política Municipal de Cuidados à Pessoa com Transtorno de Acumulação Compulsiva de Animais:

- I - garantia da atenção integral à saúde das pessoas em situação de acúmulo;
- II - redução dos riscos sanitários e ambientais de transmissão de zoonoses, prevenindo transmissão de doenças e garantindo a proteção da saúde do indivíduo acometido, de seus animais e da comunidade ao entorno;
- III - promoção do bem-estar animal;
- IV - implantação de medidas de intervenção necessárias aos casos de forma interdisciplinar e intersetorial.

